

REPRESENTAÇÕES DA TORTURA: O FAZER LITERÁRIO COMO ESPAÇO DE REMISSÃO

REPRESENTATIONS OF TORTURE: LITERARY SPACE AND REMISSION

Cleber José de Oliveira¹

RESUMO: Os romances *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós, *Batismo de Sangue* (1982), de Frei Betto, *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pila, e *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, são compreendidos aqui, sobretudo, como representações denunciativas do *modus operandi* e das práticas de tortura promovidas por agentes da Ditadura Militar instaurada no Brasil (1964-1985). Nesse sentido, discuto aqui a hipótese central, a saber: ao escreverem sobre memórias tão dolorosas, os referidos autores configuraram o fazer literário num espaço de remissão, mas não de esquecimento, para si e para seus leitores. Já que, sem exceção, suas narrativas apresentam um caráter verossímil que entrelaçam suas vidas aos contextos de repressão e violência física e psicológica, aos quais foram submetidos. Para tanto, traçou-se um panorama analítico-comparativo entre os relatos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade, e publicados em seu relatório final em 2015, e trechos dos referidos romances cujo foco se dá na descrição dos atos de tortura de suas personagens. Os resultados apontaram que as tais obras se configuraram como espaços de dor, de denúncia, de resistência e, sobretudo, de remissão, para seus autores e leitores.

Palavras-chave: literatura brasileira; ditadura; tortura; resistência.

ABSTRACT: The novels *Em câmara lenta* (1977), by Renato Tapajós, *Batismo de Sangue* (1982), by Frei Betto, *Volto semana que vem* (2015), by Maria Pila, e *Ainda estou aqui* (2015), by Marcelo Rubens Paiva are understood here above all as denunciative denunciation representations of the *modus operandi* and the torture practices promoted by agents of the Military Dictatorship established in Brazil (1964-1985). In this sense, here I discuss the central hypothesis, namely: in writing about such painful memories, these authors configured literary writing as a space of remission, but not as forgetfulness, for themselves and their readers. Since, without exception, their narratives have a credible character that intertwine their lives with the contexts of repression and physical and psychological violence to which they were subjected. For this, an analytical-comparative panorama was drawn between the reports collected by

1 Doutorando em Letras pela Universidade nacional de Brasília (UnB). Professor nos cursos de Letras e de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: cleber101578@gmail.com

the National Commission of Truth, published in its final report in 2015, and excerpts of the referred novels whose focus is on the description of the acts of torture of their characters. The results indicated that these works were configured as pain, denunciation, resistance and, above all, remission spaces, for their authors and readers.

Keywords: brazilian literature; dictatorship; torture; resistance.

Previsão do tempo:

Tempo negro.

Temperatura sufocante.

O ar está irrespirável.

O país está sendo varrido por fortes ventos.

Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.

(Jornal do Brasil, no dia seguinte à decretação do AI-5)

O que se lê a seguir são reflexões desenvolvidas sobre romances brasileiros contemporâneos, mais especificamente dos trechos que retratam os atos de tortura promovidos pelo regime militar brasileiro. Isso, para entrever em que medida essas narrativas podem atuar como espaços de humanização (Candido, 1972; 2004) e consequentemente de remissão, seja para seus autores (que não raro foram vítimas de tortura) seja para leitores.

Para tanto, considera que o período entre 1964 a 1985 (instauração e ocaso da ditadura militar), como se sabe, foi marcado, sobretudo, pela desestabilização da democracia nacional e cerceamento das liberdades de expressão. Sua face mais cruel se dá a partir da instauração do AI-5 em 1968 até 1973, reconhecidamente o momento mais violento do golpe (VIEIRA, 2014).

Partindo desses pressupostos, traça-se um panorama comparativo sob a perspectiva de compreender como cada autor (dos romances selecionados), com sua sensibilidade e habilidade literária, tratou em seu texto, a barbárie da tortura sofrida – ora por eles próprios, ora por parentes e/ou amigos – durante o regime. Nesse sentido, a perspectiva de recorte analítico deste artigo se dá sobre os trechos em que são narradas as cenas de tortura. Isso para sustentar a hipótese de que os autores, dos romances já citados, configuram sua narrativa como um espaço de remissão e acolhimento, para si próprios e para os que foram e são atingidos direta ou indiretamente pelos atos de tortura da ditadura militar e por que não para os que a promoveram.

As obras que serão analisadas são: *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós; *Batismo de Sangue* (1982), de Frei Betto; *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pila; e *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, respectivamente nesta ordem. As discussões estão dispostas da seguinte maneira: um tópico inicial com algumas considerações teóricas sobre o conceito de tortura, seguido de uma discussão sobre representação literária da tortura e, por fim, as análises comparativas dos trechos escolhidos.

SOBRE A TORTURA

É fato notório que a tortura foi o método de coerção mais utilizado pelo regime militar brasileiro. Essa repressão, na forma de tortura, não teve nada de improvisado, não foram excessos de um ou outro militar mais violento. Foi algo planejado e estruturado realizado sob o comando das Forças Armadas, que empregaram seus homens, instalações e conhecimentos para esse fim (VIEIRA, 2014).

No livro *Brasil: nunca mais* (1996), Hélio Pellegrino expõe que:

a tortura busca, à custa do sofrimento corporal insustentável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária – da pessoa, enquanto ser encarnado. [...] o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto (PELLEGRINO, 1996, p. 282).

Pellegrino expõe quais são as etapas do projeto de torturar. Explicita que centralmente está a ideia de – desumanização do ser. Seguido da desconfiguração da identidade social e familiar dos torturados. Com isso, o ser se torna objeto. Não raro, muitos torturados tiveram a vida levada a cabo ainda na primeira etapa, como descortinou o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014).

Nesta mesma linha de reflexão, Viñar e Viñar, em *Exílio e Tortura*, apontam também que o objetivo da tortura pode ser definido como “provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem” (1992, p. 73). Os autores mapearam, ao longo de suas pesquisas, três etapas que ocorrem numa seção de tortura, a saber: 1º- a destruição dos valores e convicções do indivíduo; 2º- a desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo; 3º- a resolução desta experiência-limite na degradação da memória.

As teses de Pellegrino, Viñar e Viñar, são confirmadas em diversos relatos, de sobreviventes da tortura, aqui retomo alguns como os de Maria Amélia Teles (ex-militante do Partido Comunista do Brasil- PCB): – *Me amarraram na cadeira do dragão, nua, e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido*; os de Gilse Cosenza (Ex-militante da Ação Popular-AP): – *Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual*; e também os de Maria do Carmo Serra Azul (conhecida pelos ativistas como Cacau): – *É como se eles corrompessem sua alma, destruindo o que você tem de bom (...). Eles querem, através do massacre, da desumanidade, que você traía, que você rompa todos os vínculos que tem, como no caso que eu vi, de uma menina que entregou o próprio pai”. Como se vê a crueldade foi e ainda é, devido aos traumas e sequelas deixados, incomensurável. Estes, e tantos outros registros, são partes integrantes do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014).*

Ainda sobre a barbárie da tortura, Alves (1996) pondera que houve um emprego generalizado da tortura nos presos políticos para que se confirmasse informações sobre identidades de outros possíveis envolvidos com os grupos insurgentes e os locais de suas reuniões. Tudo a pretexto de acabar com a tal ameaça comunista. No entanto,

o que realmente interessava era a manutenção do status quo militar e dos privilégios das elites civis (midiáticas, econômicas) que davam apoio direto aos militares. Nas palavras do autor:

O emprego generalizado de torturas contra presos políticos provou, mais uma vez, que a flagelação de prisioneiros é método pouco eficiente de obter segredos e informações. Pois, em inúmeros casos, aos torturados não lhes foram sequer feitas perguntas objetivas e concretas. As engrenagens da dor chegaram a um tal grau de automatismo que os carcereiros colocavam os inquiridos automaticamente na máquina de destruição e quando lhes ofereciam vagar para responder às perguntas seu estado era tão débil que nada podiam dizer. O processo das torturas é também o processo da sociedade brasileira. O pensamento das classes dominantes, prontas a compactuar com atrocidades a fim de preservar a aparente paz em que vive e, sobretudo, os imensos privilégios e poder de que dispõe (ALVES, 1996, p.19-21)

Como se vê no trecho o autor explicita o caráter de ódio político nos atos de tortura. Aponta ainda a ineficácia desses atos em relação ao objetivo de obter informações a respeito de outros grupos de resistência, no entanto sabe-se que os próprios insurgentes, em geral, não se conheciam e as informações sobre ações a serem realizadas chegavam horas antes – estratégia utilizada para autoproteção – e isso acabava por atizar a sanha dos torturadores. Não é demais ressaltar que a tortura foi o método de coerção mais utilizado pelo Estado brasileiro contra seus adversários políticos e também contra a parte da sociedade que não figurava como protagonista nos planos do *status quo*.

Destarte, Alves nos faz olhar e refletir sobre o cenário sociopolítico atual. O que se vê neste cenário é preocupante, pois a todo o momento, em atos públicos, são manifestadas atitudes de louvor à barbárie, de defesa do ódio, de eliminação do outro. Não raro se vê discursos odiosos proferidos por representantes do estado e também por representantes das classes sociais mais abastadas. O perigo destes posicionamentos para o corpo social é que se admita, como normal, que ações de representantes do Estado (agentes da segurança pública) pagos pelos contribuintes sejam mais violentas e cruéis do que a daqueles que julgamos que deveriam estar presos justamente por serem violentos.

Nesse sentido, entendo que os romances selecionados podem ser entrevistados também como possibilidades de combate ao crescente louvor à tortura e a barbárie, que ideologicamente são (e foram) inseridos na tessitura das relações sociais brasileiras. Considerando todas essas ponderações, cabe o questionamento: como a literatura pode atuar como um espaço de amenização da dor causada por traumas relacionados à tortura sofrida e a possibilidade de configurar-se como espaço de reconciliação psicológica. É isso que exponho a seguir.

LITERATURA E REPRESENTAÇÃO DA TORTURA

De fato, é possível entrever na literatura algumas função(ões), dentre outras centenas, tais como: representação e denúncia do real, a possibilidade de humanização, o ato da escrita literária com libertação e remissão. Sobre isso, Auerbach (1971) direciona nosso olhar para a mímeses, ou seja, a imitação por meio da representação

dessa realidade passa a buscar o essencial das coisas mediante uma narrativa que tenta apanhar um instante qualquer da vida de uma personagem ou instantes distintos de diferentes personagens para ora coloca-la(s) em confronto com seus “fantasma”; ora para libertá-las de seus traumas individuais e coletivos. Por certo que isso ultrapassa a linha do ficcional e acaba sendo também uma possibilidade para o próprio autor e não raro para o leitor se redimir e romper traumas reais.

Nessa busca, certamente o registro literário pode ser entendido como uma técnica mimética de percepção do humano, dos fatos sociopolíticos e culturais que ocorrem na vida cotidiana, as quais transcendem o simples relato e/ou descrição dos mesmos. Para tanto, a sensibilidade na escrita literária contemporânea, alcançada por alguns de seus escritores, muito tem contribuído para um olhar panorâmico, mas não raso, das mazelas promovidas pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, entendo que a literatura contemporânea, pelo menos em parte, tem nos proporcionado enfoques interessantes sobre as relações de poder na esfera sociopolítica e as tensões e conflitos que surgem daí e que promoveram rupturas que marcam negativamente história recente do país. A instauração legalizada dos meios de tortura, pelo Estado, é, certamente, exemplo dessas rupturas sócio-institucionais que desestabilizaram o estado democrático de direito.

Ainda sobre a literatura e suas possíveis formas de intervenções na esfera social, pode-se dizer que o fazer literário nos faz olharmos de outra perspectiva as belezas e também as mazelas que ocorrem na vida social, pois está consubstanciada em fatos ocorridos na vida real, ou seja, o fio de Ariadne que liga ficção e realidade é a verossimilhança.

Sobre isso, Candido (2004) aponta que a literatura confirma no homem a sua humanidade. Segundo o autor essa seria a principal função da literatura na sociedade. O possível processo de humanização pela literatura, pelo fazer literário, é compreendido pelo autor como sendo:

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante (CANDIDO, 2004, p.180)

Essa ponderação me ajuda, e muito, na sustentação de uma das hipóteses propostas neste artigo, a saber: a literatura como sendo um espaço de remissão para autores e leitores que de algum modo foram atingidos fisicamente e psicologicamente pela tortura. Isso no sentido de que sem humanização não pode haver remissão. Por remissão entenda-se: o processo de conciliação entre personagem e suas angústias, corpo e memória, autor e seus traumas, o sentimento de perdão se sobrepondo ao ódio e a vingança.

Nesse sentido, a discussão agora caminhará sob a perspectiva de entrever em que medida a literatura, por meio da característica de verossimilhança, aproxima o real e o ficcional em relação aos momentos de tortura pelo qual passaram algumas personagens dos romances já citados. Outra questão é como ela (a literatura) pode se configurar

como espaço de humanização (nos moldes traçados por Candido), de remissão e de registro denunciativos dos momentos – sejam eles de natureza física, sentimental ou psicológica – que marcam profundamente a existência do ser humano que esteve envolto à tortura praticada pelo regime militar.

Isto ponderado, vejamos agora como autores, personagens e obras se inter-relacionam no interior do espaço de representação literário.

EM CÂMARA LENTA

Dos romances selecionados, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós é, sem dúvida, o que mais expõe os atos de tortura em suas minúcias. O trecho a seguir é uma das cenas mais emblemáticas da obra, isso dentro da perspectiva do recorte analítico proposto neste artigo. Na cena, são narrados os atos de tortura que culminam na morte, por esmagamento de crânio devido ao uso do instrumento de tortura coroa-de-cristo, da personagem “ela”. Quem narra é a personagem “ele” (companheiro amoroso e de resistência ao regime de “ela”)

Cercaram-na e caíram sobre ela, acertando socos em seu rosto, pontapés em suas costas, tentando segurá-la. Ela se debateu com violência, mas uma forte coronhada em sua nuca a fez tontear. Um policial segurou-a firmemente, enquanto outro fechava as algemas em seus pulsos delicados. Puxaram-na pelas algemas: ela caiu ao chão e foi arrastada, rasgando a roupa e a pele macia de encontro às pedras do terreno [...] Ela tentava se defender, atingindo um ou outro agressor, mas eles a lançaram no chão, já nua e com o corpo coberto de marcas e respingos de sangue. O canto de seus lábios estava rasgado e o ferimento ia até o queixo. Eles a seguravam no chão pelos braços e pernas, um deles pisava em seu estômago e outro em seu pescoço sufocando-a. O que a pisava no estômago perguntou-lhe novamente o nome. O outro retirou o pé do pescoço para que ela pudesse responder, mas ela nada falou. Nem gemeu. Apenas seus olhos brilharam de ódio e desafio. O policial apertou-lhe o estômago com o pé, enquanto outro chutou-lhe a cabeça, atingindo-a na têmpora. Sua cabeça balançou, mas quando ela voltou a olhar para cima, seu olhar não havia mudado. O policial enfurecido sacou o revólver e apontou para ela, ameaçando atirar se continuasse calada. Ela continuou e ele atirou em seu braço. Ela estremeceu quando a bala rompeu o osso pouco abaixo do cotovelo [...] procurava contrair o braço sadio, para evitar que o peso repousasse sobre o outro, enquanto eles amarravam os terminais de vários magnetos em suas mãos, pés, seios, vagina e no ferimento do braço. Os choques incessantes faziam seu corpo tremer e se contrair, atravessavam-na como milhares de punhais e a dor era tanta que ela só tinha uma consciência muito tênue do que acontecia. Furiosos, os policiais tiraram-na do pau-de-arara, jogaram-na ao chão. Um deles enfiou na cabeça dela a coroa-de-cristo: um anel de metal com parafusos que o faziam diminuir de diâmetro. Eles esperaram que ela voltasse a si e disseram-lhe que se não comesse a falar, iria morrer lentamente. [...] Ele continuou a apertar os parafusos e um dos olhos dela saltou para fora da órbita devido à pressão no crânio. Quando os ossos do crânio estalaram e afundaram, ela já havia perdido a consciência, deslizando para a morte com o cérebro esmagado lentamente (TAPAJÓS, 1977, p. 169-172).

A representação da tortura, neste trecho, se dá de forma nua e crua, contudo a narração não se configura na esfera do mero relato panfletário, pois o transcende. Ao transcender o simples relato, por meio de sua expertise e sensibilidade literária,

o autor parece buscar provocar no leitor uma – catarse – que permite conhecer uma situação-limite que pode gerar tanto o temor quanto à piedade. A verossimilhança é outra característica literária forte da narrativa, sobretudo, quando colocada em paralelo aos relatos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade, são impressionantes o detalhamento e a proximidade com o real. Impossível não notar os detalhes que se manifestam por meio do movimento narrativo de aproximação metonímica tais como: “O canto de seus lábios estava rasgado e o ferimento ia até o queixo e em: mas quando ela voltou a olhar para cima, seu olhar não havia mudado; e de afastamento hiperbólico como O policial enfurecido sacou o revólver e apontou para ela, ameaçando atirar e em Furiosos, os policiais tiraram-na do pau-de-arara, jogaram-na ao chão.”

Esse movimento configura uma espécie de vai e vem do foco narrativo, como se fosse um zoom que ora se aproxima e capta, por exemplo, o olhar da vítima e ora se distancia para que, de forma ampla, se veja a vítima por inteiro e quão desumanos são as ações dos torturadores. Isso marca a tessitura literária do trecho no que diz respeito à sua capacidade de representação da dor do outro. Certamente o verossímil talvez seja a característica que mais marca a narrativa.

O registro não se manifesta em primeira pessoa, todo o trecho é apresentado ao leitor a partir da perspectiva da personagem “ele. Ou seja, as cenas do suplício sofrido por “ela” são, na verdade, o que “ele” acredita ter acontecido. Essa construção psíquica do como aconteceu ou teria acontecido, de como os policiais a espancaram, a interrogaram e a mataram faz com que o narrador construa seis réplicas desta cena. Cada uma é reproduzida, sob o vai e vem do pensamento-imaginação do narrador, com mais detalhes de como teria sido o martírio sofrido por “ela”. Em cada uma das cenas são adicionados mais e mais detalhes fazendo com que a narrativa passe, ao leitor, a impressão de estar ocorrendo em *slow motion*, isto é, em câmara lenta. Isso pode ser tomado como uma característica do fazer literário que se sobrepõe ao simples relato e à mera descrição, pois a “força de *Em câmara lenta* provém do teor estético da linguagem usada e de uma técnica ficcional avançada”, como atestou Antonio Candido (1981).

Este atestado de ficcionalidade emitido por Candido foi peça crucial na defesa de Tapajós para que não fosse novamente preso pelos militares. Registre-se que *Em câmara lenta* foi escrita clandestinamente ainda quando o autor se encontrava preso e sendo torturado. Pouco depois de sair da prisão a publicou e isso gerou muito tumulto à época. Tapajós usou a literatura como recurso denunciativo do suplício a qual foi submetido, por outro lado, utilizou-a também como meio de remissão para combater sentimentos de ódio e vingança que, por certo, lhe invadiram o coração. Nesse sentido, portanto, estaria a literatura lhe servindo como instrumento próprio de humanização.

BATISMO DE SANGUE

A ditadura militar no Brasil e seus desdobramentos também é o tema de *Batismo de sangue*. Contudo, esse romance oferece tal tema ao leitor sob a perspectiva dos freis dominicanos que apoiaram os insurgentes ao regime. Uma perspectiva diferente e interessante. Nesse sentido, a narrativa constitui-se como um registro do engajamento de parte dos religiosos dominicanos contra o regime autoritário militar, pelos direitos humanos e no limite para manterem-se vivos.

Nessa obra é narrado o ativismo político, a prisão, as diversas sessões de tortura, o exílio, até o suicídio de Frei Tito (devido às profundas sequelas psicológicas deixadas pela tortura), e também toda articulação, perseguição e assassinato do líder ativista Carlos Marighela. Dos trechos, encontrados no livro, em que são registrados e explicitados os atos tortura, certamente, às empregadas em Tito são as que dão, ao leitor, a dimensão da crueldade e sadismo dos torturadores, como é possível constatar no trecho:

Dois fios foram amarrados em minhas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga eu estremecia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques passaram-me ao pau-de-arara. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Conduziram-me a outra sala dizendo que passariam a descarga de 220 volts a fim de que eu falasse antes de morrer [...] (BETTO, 1982, p.263).

O registro literário continua:

Diante de minhas negativas aplicavam-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de aparatos litúrgicos, os policiais me fizeram abrir a boca 'para receber a hóstia sagrada'. Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca inchada sem poder falar direito (BETTO, 1982, p.264).

Nesse trecho, Frei Tito narra os primeiros momentos nas mãos dos torturadores. Note-se que estamos diante da perspectiva do torturado que narra sua própria dor. Já de início esse é um ponto de descontinuidade em relação ao foco narrativo do trecho de tortura citado acima de *Em câmara lenta*.

A violência que é empregada é descomunal. Até o momento de sua prisão e tortura Tito gozava da prerrogativa de cidadão portador de uma vida passível de luto (BUTLER, 2015), ou seja, socialmente seu status de cidadão que tem o Estado como responsável pela sua segurança lhe era assegurado constitucionalmente. Condição essa abolida pelo AI-5. Na mão dos militares e em meio à tortura essa condição de ser reconhecido como uma pessoa humana digna de luto é revogada. Na cena pode ser visto em ação o esquema teorizado por Viñar e Viñar (1992) e por Pellegrino (1996). Nesse sentido, o estatuto de cidadão livre e com prerrogativa de inocência é usurpado, devido a sua prisão arbitrária. E em meio a tortura sua condição humana negada.

Além disso, um depoimento de Frei Tito, redigido por ele mesmo na prisão, em fevereiro de 1970, é retomado e incorporado por Frei Betto em *Batismo de Sangue*. Este depoimento foi retirado clandestinamente da prisão (assim como os manuscritos de *Em câmara lenta*) e logo após publicado pelas revistas *Look* e *Europeo*, no mesmo ano, o qual dizia:

no dia 17 de fevereiro de 1970, 3ª feira, às 14 horas. O capitão Maurício veio buscar-me em companhia de dois policiais e disse: "Você agora vai conhecer a sucursal do inferno". Algemaram minhas mãos, jogaram me no porta-malas da perua. No caminho as torturas tiveram início: cutiladas na cabeça e no pescoço, apontavam-me seus revólveres.

Preso desde novembro de 1969, eu já havia sido torturado no DOPS. Em dezembro, tive minha prisão preventiva decretada pela 2ª auditoria de guerra da 2ª região militar. Fiquei sob responsabilidade do juiz auditor dr Nelson Guimarães. Soube posteriormente que este juiz autorizara minha ida para a OB sob “garantias de integridade física”.

Ao chegar à OB fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse fatos ocorridos naquela época. Apesar de declarar nada saber, insistiam para que eu “confessasse”. Pouco depois levaram me para o “pau-de-arara”. Dependurado nu, com mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos, de pilha seca, nos tendões dos pés e na cabeça. Eram seis os torturadores, comandados pelo capitão Maurício. Davam-me “telefones” (tapas nos ouvidos) e berravam improperios. Isto durou cerca de uma hora. Descansei quinze minutos ao ser retirado do “pau-de-arara”. O interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas, sob cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava mais fortes as pancadas. A tortura, alternada de perguntas, prosseguiu até às 20 horas. Ao sair da sala, tinha o corpo marcado de hematomas, o rosto inchado, a cabeça pesada e dolorida. Um soldado, carregou-me até a cela 3, onde fiquei sozinho. Era uma cela de 3 X 2,5 m, cheia de pulgas e baratas. Terrível mau cheiro, sem colchão e cobertor. Dormi de barriga vazia sobre o cimento frio e sujo[...] faço esta denúncia e este apelo a fim de que se evite amanhã a triste notícia de mais um morto pelas torturas. (BETTO, 1982, p. 199 [TITO, Brasil, 1970])

O relato-denúncia de Frei Tito fala por si só. A busca pelo verossímil fatídico é marcante. O impacto dessa publicação ecoou pelo mundo, gerando apoio incondicional aos torturados e aos exilados por parte de ativistas e entidades ligadas aos direitos humanos. Por certo, esse é um registro que mostrou ao mundo toda a barbárie que estava acontecendo no Brasil.

Além disso, Frei Tito escreveu uma vasta gama de poemas que, de modo geral, tratam de temas como o perdão, a devoção, as memórias da tortura, a busca pela salvação, entre outros. Talvez os escreveu como forma de libertação dos traumas e angústias psicológicas que se mantiveram vivas e latentes em sua memória. Mesmo vivendo num lugar relativamente seguro (Éveux/França), em relação ao regime militar brasileiro; suicida-se (por enforcamento) em 1974, aos 28 anos.

Sobre o ficcional nos ajudar a suportar a realidade Ferreira Gullar em entrevista ponderou que *a literatura existe porque a vida não basta, porque o real é muito duro e limitado* (2012). Nesse sentido, talvez seja possível dizer que Frei Tito tenha resistido, por tanto tempo às ações de suplício real as quais foi submetido, devido, entre outras, à possibilidade literária de escrever poemas durante o cárcere e fora dele.

Desse modo, é possível entrever que *Batismo de Sangue* se configura não só como um discurso literário que se propõe a denunciar a barbárie promovida pelo regime militar, sobretudo, como espaço de busca pela essência humana por meio da capacidade de perdão e compaixão ao outro. Por isso, configura-se também como espaço de remissão aos sentimentos de ira, asco e de vingança para Frei Tito (que na narrativa é incorporado como personagem protagonista juntamente com Carlos Marighela: político, escritor brasileiro e, a partir de 1964, um dos principais organizadores da luta contra a ditadura militar. Chegou a ser considerado o inimigo “número um” da ditadura militar brasileira) como para o autor Frei Betto (que também esteve preso e foi torturado pelo regime).

VOLTO SEMANA QUE VEM

Volto semana que vem (2015), é uma obra de ficção autobiográfica na qual a autora, Maria Pila, narra sua militância política sua prisão e seu exílio em paralelo a história de dois outros militantes. As passagens ocorrem nas cidades de Buenos Aires, Paris, São Paulo, Porto Alegre. A citação a seguir é o capítulo completo intitulado “2003 / A gatinha do edredom”:

Enfiaram um capuz na minha cabeça e me levaram. Dios mio, que engano, pensei para disfarçar o terror. Estava com medo de que a identidade falsa fosse descoberta? Não, nada disso. O capuz. Ele anunciava alguma coisa terrível, que eu não conseguia nem imaginar, mas que tornava irrisório todo o resto, a identidade falsa, o endereço de araque, o sotaque. De repente sentia meu corpo caindo, caindo. Ao redor, as vozes eram muitas. Mais tarde, o silêncio. O telefone – trim trim trim! – não parava de tocar, e ninguém atendia. Tive uma louca esperança: e se eu avisasse alguém do meu desaparecimento? Quem sabe fosse socorrida. Aterrorizada pelo silêncio e pelo capuz, não me mexi, continuei quieta no meu canto. Trim trim trim!, insistia o telefone. Virei-me debaixo do edredom e lá estavam os olhos arregalados da gatinha – como sempre fazia –, esperando minha reação. Engano, número errado, respondeu a voz. Quis abraçar o corpo quente e macio do animalzinho. Era só um pesadelo, repetia, contente da vida. Senti uma fisgada aguda no pé e levantei o edredom, agora muito sujo e com cheiro de urina. Debaxo dele, em vez da gatinha, vi meus pés manchados de sangue e estrangulados pela corda. O cheiro: inesquecível cheiro de roupa suja misturado a um vago odor de pele queimada pelos fios desencapados (PILLA, 2015, p.45)

A narrativa é construída em primeira pessoa. Configura-se numa espécie de pesadelo que acomete a personagem trazendo à tona as angústias e sofrimento dos momentos de martírio. No limite do consciente e do inconsciente no vai e vem de sua memória a personagem faz com que a imagem narrada ganhe singularidade ao compararmos às outras já analisadas aqui. O trecho é metonímico, ou seja, a cena toda construída a partir da parte pelo todo, procedimento metonímico em que a narradora parece convidar o leitor a constituir, a partir do sugerido, a imagem do martírio. Os detalhes da tessitura narrativa criam um efeito sinestésico, podendo levar o leitor a sentir a um vago odor de pele queimada pelos fios desencapados.

O leitor é um dos componentes centrais dessa narrativa. Esse procedimento pode ser entendido como uma característica da literatura contemporânea, pois “nunca fomos tão invocados pela literatura. É à nossa consciência que se dirigem esses narradores hesitantes, essas personagens perdidas, aguardando nossa adesão emocional ou ao menos estética”, como assevera Dalcastagné (1996, p. 30).

Em novembro de 2015, Maria Pila concedeu uma entrevista ao jornal Sul 21. Dessa entrevista, três questões me chamam a atenção na medida em que são extremamente relevantes para compor uma compreensão mais aprofundada e densa do entrelaçamento entre a literatura e o contexto de repressão e tortura que está sendo aqui discutido. Eis as três questões seguidas de suas respectivas respostas:

Sul21 – Como vê o teu livro como criação literária?

MP – Alguma coisa eu criei, não tinha o foco na história. Quero continuar escrevendo. Gosto de escrever, de ler, de conversar sobre essa coisa da criação.

Sul21 – Como era a tortura nas delegacias?

MP – Em geral todas as possibilidades, do estupro ao submarino, aos espancamentos, aos choques elétricos. Onde eu estava era mais a picana (*máquina de choques*).

Sul21 – O que resta da tortura? Raiva, revolta?

MP – Eu sei bem o que resta. Foi chocante ver pessoas com um comportamento bárbaro, aos gritos. Não é possível que essas coisas existam. O filme “Cidadão Boilesen” narra o prazer (que o empresário tinha) com isso, ele trazendo de presente (para a Oban) uma maquininha de tortura. Graças a Deus fiz oito anos de análise para elaborar isso, senão ficaria com uma raiva muito grande. Consegui elaborar, controlar essa raiva. Tanto que escrevo o livro sem marca de amargura.

A priori o que se vê na entrevista é uma autora que tem na literatura uma possibilidade de acolhimento. A narrativa embora apresente passagem como a do capítulo reproduzido acima, parece sugerir um sossegar das angústias, uma amenização da dor em relação às memórias traumáticas, (re)vividas pelo autora-personagem, isso na medida em que do tempo vai fazendo seu trabalho.

Apesar de boa parte das memórias que compõem essa narrativa serem momentos de angústia e violência (como se vê no fragmento acima), é possível entrever, sobretudo, que há uma declaração de alegria irreduzível e um louvor à vida. Isto considerado, entendendo não ser possível não atrelar essa alegria pela vida renovada como ao acolhimento possível da esfera ficcional. Ou seja, é possível dizer que literatura está atuando, sobretudo, como um espaço de humanização e de remissão para a autora, pois afirma estar se reencontrando com a paz, ainda que parcial, quando se debruça no seu fazer literário.

AINDA ESTOU AQUI

O ponto de partida do romance *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, é o primeiro grande trauma da sua vida ocorrido ainda quando era criança – o desaparecimento do pai, o deputado federal Rubens Paiva, cassado no golpe de 1964.

O sensato seria nos mudarmos para Londres ou Paris. Minha irmã Vera passava férias em Londres. Deveríamos ter ficado dois ou três anos por lá, como fez o Gasparian. Meu pai perdeu o timing. Onipotência e teimosia que minha mãe nunca perdoou. Queria lutar quixotesicamente numa guerra já perdida. Arriscou a família. Tinha cinco crianças. E tenho certeza de que, destroçado pela tortura, deve ter pensado nisso. Talvez a dor da tortura não chegasse aos pés da descoberta de que tomou decisões erradas, arriscou a vida da mulher e dos filhos, crianças ainda. Deve ter sido a sua derradeira tortura [...] agora não dá para fugir da morte. Eu vou morrer, sinto que vou, espero que me perdoem. O que fiz prova minha vulnerabilidade, falhas do meu caráter, que pôs tudo a perder e causa muito sofrimento. Que pena que estou

indo embora, que triste que não posso ficar, não me deixam ficar, é inevitável que eu vá, eu não queria, eu não queria, estou tão triste. Tenho que morrer agora. Morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva... Dizem que foi torturado ao som de “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, música que a minha irmã Eliana se lembra de ter escutado enquanto estava lá. [...] 20 de janeiro de 1971. Meu pai apanhou por dois dias seguidos. Apanhou assim que chegou na 3ª Zona Aérea, interrogado pelo próprio brigadeiro João Paulo Burnier. Apanhou no DOI-Codi, no quartel do I Exército. Meu pai era um homem calmo, bom, engraçado, frágil fisicamente [...] imaginar este sujeito boa-praça, um dos homens mais simpáticos e risonhos que muitos conheceram, aos quarenta e um anos, nu, apanhando até a morte.... É a peste, é a peste. Dizem que ele pedia água a todo momento. No final, banhado em sangue, repetia apenas o nome. Por horas. Rubens Paiva. Rubens Paiva. Ru-bens Pai-va, Ru... Pai. Até morrer. (PAIVA, 2015, p. 69-70)

O trecho se explicita entre a comoção e o drama. Embora não haja na cena a tortura propriamente dita, o sugestivo metonímico nos leva a entender a angústia do narrador. Parece haver dois instantes narrativos simultâneos que oscilam entre: a priori uma espécie de revolta comedida do filho (Marcelo Rubens Paiva – o filho) para com seu pai devido à demasiada teimosia e a idealização imódica à causa socialista, características marcantes da personalidade de Rubens Paiva (o pai). E a posteriori um forte sentimento de compaixão do filho pelo sofrimento do pai em face à tortura sofrida. De um modo ou de outro os dois instantes são manifestados pelo narrador como traumas ainda não superados, na verdade talvez impossíveis de superação.

Como se vê no trecho, a narrativa revela os momentos de tortura que possivelmente Rubens Paiva vivenciou. No momento de seu suplício buscou pronunciar diversas vezes o próprio nome até morrer. Possivelmente como forma de se manter em sã consciência e de não perder a sua identidade pessoal, numa derradeira tentativa de resistir à terceira e última etapa do projeto de tortura – “experiência-limite na degradação da memória” (VINÃR e VINÃR, 1992). O narrador é quem nos fala sobre o que o pai poderia ter pensado, as palavras que poderia ter usado frente ao martírio. Em alguns momentos parece não se conforma com as escolhas feitas pelo pai. Em outro momento, por outro lado, parece ter desenvolvido a capacidade de suportar, não sem dor, a violência acometida contra seu pai. Vejamos outro trecho:

A tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar, e uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regimes que se mantêm pelo terror e seus comandados. Não é ação de um grupo isolado. A tortura é patrocinada pelo Estado. A tortura é um regime, um Estado. Não é o agente fulano, o oficial sicrano, quem perde a mão. É a instituição e sua rede de comando hierárquica que torturam. A nação que patrocina. O poder, emanado pelo povo ou não, suja as mãos. Tortura também serve para inspirar ódio dos próprios torturados por eles mesmos, que se sentem culpados por não resistirem à pressão e a dor e entregar companheiros, comparsas, a família, inventar até o que não fizeram. O torturado se sentirá então o próprio repressor, o próprio torturador. Na ditadura, torturaram freis, freiras, bispos, padres brasileiros e estrangeiros, velhos, bebês, grávidas, pais com filhos, mães amarradas diante de filhos, por uma causa torpe (PAIVA, 2015, p.70).

O que se tem aqui é um trecho no qual o narrador versa sobre a tortura e seus objetivos. Neste registro literário o autor explicita no trecho seu juízo de valor sobre a instrumentalização da tortura pelo estado. Juízo este que se aproxima, em muito, das definições teóricas, obtidas anteriormente. Ressalta-se que Marcelo não foi preso, nem vítima de tortura direta, no entanto, é afetado profundamente pelo desaparecimento e assassinato de seu pai.

Registre-se que em 1974, em plena ditadura militar é publicado *Oposição no Brasil, hoje*, de Marcos Freire, primeiro livro de não-ficção editado de forma legal no Brasil (RFCNV, 2014). Neste são reproduzidos discursos e debates dos parlamentares sobre a questão da tortura. O capítulo 2, intitulado “Em defesa dos direitos humanos”, traz denúncias sobre o desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, reproduzindo depoimento de sua esposa, Eunice Paiva, além de abordar vários outros casos de pessoas presas e desaparecidas e de denúncias de torturas.

Recentemente, investigações promovidas pela Comissão Nacional da Verdade, elucidaram este caso a partir de depoimentos de alguns dos militares que participaram da ação de prisão que culminou na tortura e a morte de Paiva, como se pode ver neste registro: “no segundo dia de tortura, Rubens Paiva não resistiu e seu corpo foi enterrado e desenterrado antes de ser lançado ao mar” (RFCNV, 2014). É preciso ressaltar que até então a família Paiva, assim como tantas outras famílias, foi torturada psicologicamente devido à ausência de informações sobre o paradeiro do corpo de Rubens Paiva (pai), foram torturados também pela omissão do Estado e pela indiferença da justiça brasileira.

Embora o romance em questão tenha sido iniciado anos antes, ele foi finalizado somente em 2014, após a publicação do relatório final e conclusivo da Comissão Nacional da Verdade. O autor conclui a narrativa com a seguinte frase: “torturado e morto por militares”. Isso porque o relatório traz o depoimento de um dos militares que participaram do sequestro de Rubens Paiva, no qual afirma ter presenciado os atos de tortura e o assassinato do então deputado federal. O teor dessa finalização parece querer expressar um de misto sentimentos tais como um certo senso de justiça, alívio e remissão pela literatura.

Em recente entrevista para a Folha de São Paulo, Marcelo Rubens Paiva afirmou que: “A única forma de resolver essa angústia (desaparecimento do pai) era escrever”. Com isso, o autor consolida minha hipótese inicial de que a literatura atua com espaço de remissão; ou seja, ao resolver sua angústia o autor liberta-se do ódio e do rancor sendo capaz de emanar compaixão (não esquecimento) até mesmo aos torturadores que assassinaram de seu pai. Nesse sentido, a violência pela violência própria dos torturados e assassinos é colocada em xeque pela humanização literária adquirida pelo autor.

DIÁLOGOS VEROSSÍMEIS

Como vimos anteriormente, romances e autores têm muito em comum, ainda mais quando observados sobre as perspectivas de seus temas e a biografia de seus autores. E são, sobretudo, literatura, pois transcendem o simples relato da tortura e a mera descrição dos espaços e objetos. Fazem isso por meio da técnica, dos signos e da sensibilidade empregadas, por cada autor, de modo singular em cada narrativa, ainda que

abordando o mesmo tema e o mesmo momento socio-histórico.

Nesse sentido, essas narrativas podem ser entendidas ainda sob o viés de Dalcastagné (1996), em que pondera

Esses romances são documentos imprescindíveis de um tempo que ainda não nos foi revelado por inteiro, de uma história que se tem de continuar fazendo, múltipla e indefinidamente. [...] Documentos que se estabelecem não como análise dos jogos do poder ou descrição de torturas, mas como acolhida à dor de suas vítimas, como espaço onde a história dos vencidos continua se fazendo, lugar onde a memória é resguardada para exemplo e vergonha das gerações futuras (DALCASTAGNE, 1996, p. 24-5).

E ainda

[...]são a expressão de uma grande dor. Dando voz aos vencidos, eles acolhem também suas feridas, seus gemidos, sua derrota. [...] Das suas paginas não surgem mártires, nem heróis, mas pessoas comuns (DALCASTAGNE, 1996, p. 137).

É possível entrever nos trechos que o texto literário serviu e serve também como espaço de registro das lutas e resistências contra toda e qualquer forma de violência e exclusão. Para a autora, a literatura, por autores que de algum modo tiveram sua vida atingida direta ou indiretamente pela barbárie do regime, pode ser configurada num espaço onde estes encontraram acolhimento tantas vezes negado ela dura e concreta realidade da vida real. É fato que a literatura serviu e serve como um espaço de acolhimento, de acolhimento das dores, angústias, medos, ou seja, das fragilidades humanas como um todo.

Com isso, é capaz de atrair um conjunto de comiserações que busca (re)afirmar no homem a sua cota de humanidade (Candido, 2004). O literário se liga à vida cotidiana real por meio da verossimilhança que é, pois, uma propriedade interna da obra literária, mesmo quando se apresenta um quadro inteiramente descritivo ou avaliativo. A obra literária caracteriza-se, como já se observou, pelo emprego da linguagem verbal, o que a diferencia, por exemplo, da música e da pintura. Essa linguagem expressa o que a fantasia e a imaginação do escritor nos sugere, o que define sua natureza ficcional. Contudo, o imaginário mais fértil sofre a contenção da verossimilhança, que determina os limites lógicos e aceitáveis de uma criação literária. A verossimilhança apresenta-se como lei interna, já que a coesão depende do arranjo dos fatos e das palavras que os manifestam. Mas a verossimilhança igualmente estabelece a relação entre o mundo representado em uma obra e o universo do leitor, que reconhece a validade de um texto de um lado por considerá-lo coerente e de outro por firmar o nexos entre o que é ali mostrado e o que ele sabe por experiência própria.

No caso de Renato Tapajós: esteve preso por cinco anos (1969 a 1974) e foi torturado, “Em Câmara Lenta”, nasceu em 1973, enquanto estava preso. Para que o livro pudesse ser escrito, seus pais iam visitá-lo e levavam os minúsculos originais escondidos na boca. Quando lançado, em 1977, Tapajós foi novamente preso e o livro censurado. No tocante a Frei Betto: esteve preso por dois anos e quinze dias e foi torturado pelo DOI-CODI. No caso de Maria Pilla: esteve Presa em Buenos Aires em 1975, foi torturada

e passou mais de dois anos encarcerada. Expulsa do país em 1977, recebeu asilo da França mais uma vez. De volta ao Brasil com a Anistia de 1979, optou por permanecer em Paris até 1992, quando voltou para o Brasil. Já Marcelo Rubens Paiva: teve seu pai Rubens Beyrodt Paiva (Deputado Federal) morto pelo regime militar, e seu corpo até este momento ainda não foi localizado, cerceando a família do direito ao luto. Por isso, estes autores, ligados entre si pelos atos e efeitos do suplício (mas não só estão também pela literatura), buscam resistir a esses traumas por meio da “arma fraca” que notadamente dominam – a literatura. Com isso, a meu ver, configuram o seu fazer literário como um espaço não só de denúncia da barbárie, mas antes de tudo – de remissão; ou seja, conseguiram desenvolver, na longa e árdua experiência literária de suas obras, a capacidade de suportar os traumas físicos e psicológicos por meio da remissão pelo fazer literário.

Do ponto de vista da esfera democrática que é constituída somente na consolidação do Estado Democrático de Direito, em todas as suas instâncias nacionais e internacionais, esse tipo de ação – a tortura – que feriu de morte vidas humanas é condenável “aos olhos” da Constituição Federal Brasileira e de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) e também da Declaração Internacional dos Direitos Humanos. Embora se saiba que tal prática ainda seja muito utilizada pelo braço armado do Estado, ainda que com outros aspectos e equipamentos, atualmente.

O que se viu no conjunto das imagens literárias aqui apresentadas é justamente o que coloca em xeque os direitos constitucionais, as liberdades democráticas, o Estado de Direito pleno no Brasil. Os discursos e práticas de ódio são formas de violência que estão arraigadas no proceder das ações sociopolíticas de grande parte da sociedade brasileira, sobretudo, à parte ligada ao grande capital e ao poder político que querem manter seus privilégios a todo custo.

Por fim, ressalto que para combater essa ideologia do ódio e da violência se faz imprescindível o discurso literário que é capaz de se configurar no espaço de denúncia e principalmente de remissão. Isso é possível a partir do entendimento de que a natureza da literatura, do texto literário esta na sua – capacidade de confirmar no homem sua humanidade (Candido, 1972; 2004). Já que a mesma literatura que é usada para nortear ideologias e pensamentos pode criar atitudes subversivas, no indivíduo, aos regimes totalitaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, procurei ponderar aqui que a literatura atua como um espaço de remissão, acolhimento e humanização em face aos traumas físicos e psicológicos, ao passo que as denuncia à sociedade. Atua ainda como espaço de acolhimento para frutos da violência da tortura, servindo assim para o autor e o leitor como uma espécie de válvula de escape e afago. O que a configura também como lugar de combate à instauração, legalização e naturalização social da barbárie. Isso, sobretudo, nas perspectivas de Dalcastagné (1996) e Candido (1972; 2004). A inserção de narrativas que tratam deste tema no espaço simbólico de poder que é a literatura torna-se importantíssima no sentido em que são registros da memória socio-histórica brasileira.

Para mais, o panorama comparativo nos explicitou que as personagens, de todas as obras, entrecruzam-se numa espécie de dialética da verossimilhança com a vida de seus autores, isso no tocante às dores, aos traumas e remissões constituídas nas narrativas. Pois, para além das personagens, os autores entre si apresentam algo em comum em suas vivências – todos, sem exceção, foram e ainda são vítimas, direta ou indiretamente, da barbárie promovida pelo regime militar brasileiro.

No tocante à tortura, esta foi instituída e aplicada, pelo regime militar brasileiro, como forma de barrar o avanço dos insurgentes. Estas ações foram referendadas pelo Estado brasileiro. Visava promover o horror e a barbárie para desconstituir nos torturados sua identidade social e sua condição humana. Contudo, apesar disso os resistentes, não sem dor, se sobrepuseram à ditadura. Ademais, nesse sentido, foi possível entrever que toda violência advinda daí ligou-se à manutenção do *status quo* naquele momento, com resquícios que se alongam até os dias atuais. E que por isso não é coerente que a sociedade atual admita, como normal que ações de representantes do Estado, agentes da segurança pública, pagos pelos contribuintes sejam mais violentas e cruéis do que a daqueles que julgamos que deveriam estar presos justamente por serem violentos. Isso, sob pena de caminhar a passos amplos para a uma barbárie coletiva ainda maior que a ditadura.

Por fim, sustento que a arte literária atua como espaço de remissão e acolhimento no sentido em que busca resgatar, em autores e leitores, sentimentos como a empatia, a compaixão, o perdão, e, ainda promove uma reconciliação entre autor e seus traumas psicológicos, sequelas deixadas pelo martírio sofrido. Não obstante, ao desvelar múltiplas experiências humanas permite-nos, ainda que em partes, compreender o medo e a coragem do outro, sentir o que o outro sente. Nesse sentido, pode desenvolver em nós possibilidades novas de (con)viver e lidar com as angústias e os traumas (individuais e coletivos) pelos quais passamos ao longo da vida. Assim, do ponto de vista de outras vivências possíveis ela (a literatura) continua tendo muito a nos ensinar sobre reconciliar-se consigo mesmo, com o outro e com a vida de cada dia.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ALVES, Marcio Moreira. *Tortura e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1996.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. São Paulo: Edusp, 1972.

_____. O direito a literatura. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório – Volume I-II-III*. Dezembro de 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf

DALCASTAGNÉ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: UNB, 1996.

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PELLEGRINO, Hélio. *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1996.

PILA, Maria. *Volto semana que vem*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

VIÑAR, Maren & VIÑAR, Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)*/ Rosângela de Lima Vieira (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 278 p.